



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL
Ata da 163ª reunião, realizada em 22 de abril de 2015

1 Em 22 de abril de 2015, reuniu-se o Plenário do Conselho Estadual de Política
2 Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Luiz Sávio de Souza
5 Cruz, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável /
6 Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado Adjunta de Meio Ambiente e
7 Desenvolvimento Sustentável – da SEMAD; Juliana Pereira da Cunha, da
8 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Evandro
9 Xavier Gomes, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Inês Tourino Teixeira,
10 da Secretaria de Estado de Educação; Mila Magalhães Ribeiro, da Secretaria de
11 Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Rodrigo Fabiano do Carmo Said, da
12 Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de Campos, da
13 Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop); Breno
14 Longobucco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política
15 Urbana e Gestão Metropolitana (Sedru); Vinícius Barros Rezende, da Secretaria
16 de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes); José Guilherme
17 Ramos, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Suzana
18 Campos de Abreu, Antônio Martins de Souza, da Secretaria de Estado de
19 Fazenda (SEF); Juliana Veríssimo Pacheco, da Secretaria de Estado de
20 Desenvolvimento e Integração do Norte e do Nordeste de Minas Gerais
21 (Sedinor); Idzel Mafra Fagundes, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG);
22 Carlos Eduardo Ferreira Pinto, da Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais
23 (PGJ); Marco Túlio Simões Coelho, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e
24 dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Sarah Aurichio Lopes Cordeiro
25 Ribeiro, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da
26 Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) – representantes do poder
27 público; Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária
28 do Estado de Minas Gerais (Faemg); Paula Meireles Aguiar e Wagner Soares
29 Costa, do Conselho da Micro, Pequena e Média Indústria; Eduardo Antônio
30 Arantes do Nascimento, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
31 Estado de Minas Gerais (Fetaemg); João Carlos de Melo, do Instituto Brasileiro
32 de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento Manetta / Leonardo de Bessas
33 Matos, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Pegge
34 Sayonara Mendes, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
35 (Abes); Maria Dalce Ricas, da Associação Mineira de Defesa do Ambiente
36 (Amda) / José Ângelo Paganini, da Fundação Relictos de Apoio ao Parque
37 Estadual do Rio Doce; Tobias Tiago Pinto Vieira, do Movimento Verde de

38 Paracatu (Mover); Ronaldo Vasconcellos Novais, da Organização Ponto Terra;
39 Evandro Carrusca de Oliveira, do Centro Federal de Educação Tecnológica de
40 Minas Gerais (Cefet) / Fernanda Carla Wasner Vasconcelos, do Centro
41 Universitário Una; Fernando Verassani Laureano, da Pontifícia Universidade
42 Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Luiza Maria de Carvalho, Conselho
43 Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Admilson
44 Martins Diniz, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Tarcísio Walter
45 Gotelipe Reis, da Associação dos Engenheiros de Minas do Estado de Minas
46 Gerais (Assemg) – representantes da sociedade civil. **Assuntos em pauta. 1)**
47 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**
48 **ABERTURA.** O presidente Luiz Sávio de Souza Cruz declarou aberta a 163ª
49 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental e propôs
50 inversão de pauta, com a apresentação do diagnóstico do Sisema antes do item
51 Comunicados dos Conselheiros e Assuntos Gerais. **3) EXAME DA ATA DA 162ª**
52 **REUNIÃO ORDINÁRIA DO COPAM.** Aprovada por unanimidade a ata da 162ª
53 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, realizada em 17
54 de dezembro de 2014. **4) DIAGNÓSTICO SISEMA. Apresentação: Secretaria**
55 **de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).**
56 Marília Carvalho de Melo, secretária de Estado Adjunta de Meio Ambiente e
57 Desenvolvimento Sustentável, fez exposição ao Plenário do diagnóstico do
58 Sistema Estadual de Meio Ambiente conforme situação recebida pelo novo
59 governo, destacando especialmente os pontos críticos encontrados na SEMAD
60 no início deste ano, com o objetivo de se estabelecer o planejamento do Estado
61 nos próximos anos. Informou que o mesmo diagnóstico foi apresentado à
62 sociedade na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Destacou que, dentro das
63 discussões de planejamento do Sisema, uma das intenções é garantir
64 uniformidade nas gestões territoriais também no interior do Estado. Quanto ao
65 orçamento, pontuou que a receita contabilizada é muito superior à despesa
66 realizada ao longo dos anos, de acordo com levantamento de 2005 a 2014,
67 destacando diminuição nos últimos anos, especialmente em 2014, da despesa
68 realizada em função de cortes feitos por meio de decreto do governador de limite
69 orçamentário, no início deste ano, e do encerramento do exercício financeiro, em
70 outubro de 2014. “De 2010 em diante, há diminuição da participação das
71 despesas do Sisema em relação às despesas do Estado culminando, no ano
72 passado, em 0,52%, chegando, em alguns momentos, a 1,19% da despesa
73 realizada do Sisema em relação à despesa total do Estado.” A secretária adjunta
74 demonstrou em sua apresentação que o Sisema arrecada mais do que tem
75 autorização para realizar, considerando limites orçamentários estabelecidos e
76 repasses ao Tesouro ao longo dos anos”, e exemplificou o repasse de recursos
77 para apoio a outras instituições de governo, comprometendo parte de seu
78 orçamento. Foram apresentados e destacados ainda pela secretária adjunta de
79 Estado os diagnósticos sobre execução do Fundo de Recuperação, Proteção e
80 Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas

81 Gerais (Fhidro) ao longo dos anos, da compensação ambiental, da situação do
82 quadro de pessoal do Sisema, do passivo de processos de licenciamento e
83 regularização ambiental do COPAM em todo o Estado, de outorgas, autos de
84 infração e Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental (Daias),
85 incluindo uma avaliação de prazos e de necessidade de pessoal para se atingir o
86 objetivo de zerar os passivos. Foram apresentadas também informações sobre a
87 situação das unidades de conservação, regularização fundiária, monitoramento
88 da cobertura vegetal, programa Bolsa Verde, dentre outros, ações diversas do
89 IEF, IGAM e FEAM, destacado ainda os programas Minas sem Lixões e de
90 recuperação de áreas contaminadas. **5) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS**
91 **E ASSUNTOS GERAIS.** Esse item da pauta foi destinado a comentários e
92 propostas dos conselheiros, bem como a respostas da SEMAD, em relação ao
93 diagnóstico do Sisema apresentado pela secretária Marília Carvalho de Melo.
94 Segue síntese das manifestações. O conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais
95 considerou que o quadro atual do Sisema já era de seu conhecimento, por
96 conviver no COPAM e em outros setores, e cumprimentou a SEMAD pela
97 “transparência do processo” de divulgação da situação atual. “Eu quero dizer
98 que, como membro também do Conama, nós fizemos repercutir esse fato, com
99 mais detalhe na operação-padrão, em nível nacional, com mais de cem
100 autoridades, inclusive a ministra, que, na oportunidade, nos disse que tinha
101 estado com o secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais.” O conselheiro
102 parabenizou o governo pela “resolução do caso da operação-padrão” e destacou
103 ainda o aniversário de 15 anos da Organização Ponto Terra, entidade que ele
104 representa no COPAM. “Aproveito para saudar os demais representantes da
105 sociedade civil, a Fonasc e a Amda, que estão presentes”. Informou ainda que a
106 sua ONG recebeu homenagem na Câmara Municipal de Belo Horizonte em
107 reconhecimento pelo serviço prestado ao meio ambiente. Comunicou que a
108 entidade irá realizar um ciclo de palestras sobre incineração de resíduos sólidos,
109 no mês de junho, e pediu apoio institucional da SEMAD, da FEAM e da
110 academia. A conselheira Maria Dalce Ricas considerou que o período de quatro
111 meses é “pouco tempo para se emitir opinião sobre o atual governo”, mas
112 ponderou que “a expectativa é de que seja um bom governo, principalmente
113 considerando a atuação ruim do governo anterior nessa área, comprovada no
114 diagnóstico apresentado”. Elogiou a composição da equipe técnica do governo,
115 avaliando que há maior participação de profissionais “com ligação mais direta
116 com a questão ambiental do que política” e destacou também as atuações do
117 secretário Luiz Sávio Souza Cruz e da secretária adjunta Marília Carvalho de
118 Melo no acordo para o encerramento da operação-padrão. “Espero que os
119 acordos sejam cumpridos, apesar da continuidade dos salários baixíssimos dos
120 funcionários de forma geral.” Em seguida, a conselheira fez questões pontuais
121 sobre itens do diagnóstico apresentado. “Sem desconsiderar a importância do
122 parque Serra Verde, é muito mais uma área de segurança e paisagismo da
123 Cidade Administrativa. Se for pensar em valor ambiental da unidade de

124 conservação e cair na questão de preço da terra, não tem lógica. Essa questão
125 tem que ser reestudada, não dá para se pensar em aplicar recursos de
126 compensação, dada a importância do trabalho feito pelo Estado afora. Quanto a
127 Cercadinho, nós insistimos que são terras públicas, e o governo não pode pagar
128 por terra pública que foram invadidas. Que sejam reestudados os valores
129 ambientais de unidades de conservação de uma forma geral como necessários
130 para regularização fundiária. Os valores seriam menores se fosse reconsiderada
131 a situação do Serra Verde e não se permitisse que se indenizasse duas vezes a
132 Estação Ecológica do Cercadinho.” Quanto a compensação ambiental, a
133 conselheira questionou sobre recolhimento, saldo sob domínio do Sisema e a
134 política do governo para reposição dos recursos para aplicação em unidades de
135 conservação. A respeito da força-tarefa criada pelo governo para avaliar o
136 Sisema, questionou como serão apresentadas as soluções, se esse processo
137 ficará “restrito à esfera oficial do Estado” ou se haverá participação da sociedade
138 através do COPAM. Questionou ainda “a que fatores está ligada a redução da
139 receita do Sisema. “A Fazenda pega 72% da taxa de fiscalização sobre
140 mineração, e 18% vão para a Polícia Militar. Apenas 8% ficam para o Sisema.
141 Existe base legal para isso?” Maria Dalce Ricas sugeriu que seja pensada na
142 atual gestão a possibilidade de abertura de “canais para que a sociedade possa
143 participar e saber do que está acontecendo, como na aplicação dos recursos
144 arrecadados pelos Comitês de Bacia para recuperação e proteção de bacias
145 hidrográficas.” “Que se abram canais para a sociedade se informar.” A
146 conselheira registrou pedido de informações também sobre as Daias, e
147 questionou ainda quando serão apresentados esclarecimentos a respeito do
148 decreto do Cadastro Ambiental Rural e sobre o estágio de regulamentação da Lei
149 Florestal. O presidente Luiz Sávio de Souza Cruz, em resposta à conselheira
150 Maria Dalce Ricas, informou que ele precisaria se inteirar a respeito do estágio
151 atual de regularização da Lei Florestal e compartilhou uma dúvida com a
152 conselheira em relação às finalidades do Hidroex, “para que serve, o que faz”, e
153 registrou a seguinte manifestação em relação ao contingenciamento de recursos
154 do Fhidro e da compensação ambiental. “Estamos vivendo um drama. O
155 governador, publicamente, assinou compromisso não no sentido de viabilizar a
156 devolução do que foi feito no governo passado, mas pelo menos de não fazer a
157 mesma coisa. É um compromisso assinado pelo governador no Pacto das
158 Águas, celebrado com os Comitês de Bacia.” Em seguida, o presidente
159 comentou sobre a situação orçamentária do Estado de uma forma geral. “O
160 Estado de Minas Gerais vive uma crise das mais dramáticas de que eu já tive
161 notícia. Em 2014, só depois do segundo turno (das eleições), o Tribunal de
162 Contas soltou relatório referente ao ano anterior. Em 2013, Minas Gerais voltou a
163 ter déficit primário de quase R\$ 90 milhões. Em 2014, passou dos R\$ 2 bilhões,
164 e, para este ano, o cenário sinaliza déficit de R\$ 7,2 bilhões. Então é claro que
165 eu consigo compreender as razões que levam a esse aperto orçamentário que foi
166 apresentado na Assembleia, mas alguma forma há de ser encontrada para que

167 se cumpram os compromissos que o governador assumiu publicamente.” O
168 presidente Luiz Sávio de Souza Cruz ressaltou o esforço do governo atual em
169 tentar solucionar os problemas dos servidores do Sisema em relação às
170 reivindicações apresentadas com a operação-padrão. “Mesmo em detrimento da
171 sinalização orçamentária, nós termos conseguido celebrar um acordo com os
172 servidores da Casa para romper com a greve de um ano. O que já foi assumido
173 de imediato já importa na necessidade de revisões orçamentárias, que eu acho
174 que serão feitas ao longo do ano também para a parte dos recursos que estão
175 sendo sequestrados do Fhidro e da compensação.” Sobre a Estação Ecológica
176 do Cercadinho, o presidente recomendou que seja encaminhada consulta à
177 Seplag e à Advocacia Geral do Estado (AGE) para esclarecimento se o Estado
178 precisa fazer compensação ambiental ou se é de fato titular dessa área. Nesse
179 sentido, solicitou à representação da Seplag nesta sessão que levasse a
180 demanda àquela Secretaria e à AGE. Quanto aos questionamentos relativos à
181 força-tarefa, o secretário fez ponderações quanto ao funcionamento da SEMAD e
182 de colegiados do COPAM e informou que o diagnóstico “é transparente. “A partir
183 do momento em que a força-tarefa tenha consensado uma proposta de linha de
184 ação para devolver à Secretaria, para que possa ser uma formuladora de política
185 ambiental e que tenha claro que o objetivo final não é a concessão de licenças,
186 mas de saber o que está acontecendo com o meio ambiente, as águas, a
187 biodiversidade, os solos, para se fazer gestão ambiental” Segue trecho de
188 manifestação do secretário a respeito do diagnóstico avaliado. “Eu percebi que a
189 Secretaria de Meio Ambiente, nos últimos tempos, foi se convertendo em uma
190 secretaria de licenciamento, e, de uma forma muito estranha, os licenciamentos
191 passam pelo Gabinete. Os licenciamentos têm que fluir no Sistema de forma
192 natural, sem interveniência de gabinete de secretário de Estado. Eu acho que a
193 Secretaria tinha que cuidar de política ambiental, de ação ambiental. E o
194 licenciamento passou a existir na Secretaria descasado de uma avaliação
195 finalística. Esse instrumento chamado licenciamento ambiental está resultando
196 em que para a qualidade ambiental? Está melhorando? A nossa biodiversidade
197 está melhorando? Como está a qualidade das águas, está melhorando? Essa
198 discussão eu não achei em lugar nenhum. E o susto maior que eu tomei é que eu
199 não consegui ter ainda uma conversa técnica com os nossos técnicos. Os
200 técnicos estão contaminados de um furor legiferante que eu não vi nem na
201 Assembleia Legislativa nem em nenhuma Casa. Eles só conversam em lei, é o
202 negócio mais louco do mundo. O licenciamento parece que virou um check list de
203 legislação, foi divorciado de um norte técnico que eu acho que existiu no passado
204 e que, de alguma forma, nós temos que resgatar. Eu tenho falado que o
205 licenciamento, pelo que eu vejo, se converteu em uma mistura de circo com uma
206 catarse e um ‘tatarsal ambiental’. Senta lá o sujeito, o empreendedor – ele já é
207 visto assim como um sujeito meio marginal –, e vai discutir o licenciamento
208 ambiental. O seguinte: chega um e fala ‘você vai doar tanto para o Fundo do
209 Ministério Público’. O outro fala assim: ‘Não, está faltando o escorregador na

210 praça, tem que arrumar o escorregador'. 'E a cúpula da igreja tem que ser
211 consertada'. Assuntos que não têm nada a ver, objetivamente, com os impactos
212 que ele está causando e o que precisa ser amenizado. Então, resgatar um norte
213 técnico." (...) "Do jeito que está o modelo, essa é outra questão dramática, os
214 grandes empreendimentos aqui. Eu pedi para fazer um levantamento, e não me
215 lembro se foram R\$ 300 milhões de investimentos. Sabem quantas licenças
216 foram negadas? Nenhuma. Então, o licenciamento virou a ser simplesmente uma
217 etapa, convertida em calvário em alguns momentos, mas, ao fim, a licença sai.
218 Ainda que com 100, 200, 300, 400 condicionantes, que todo mundo sabe que
219 não vão ser cumpridas. Mas sai a licença. Então, resgatar a possibilidade de que
220 o licenciamento seja uma instância de decisão. Esse empreendimento pode, ou
221 não pode? E, se pode, como pode? Aí, sim, você tem que associá-lo. E aí não
222 tem outro elo para se fazer com a qualidade ambiental que não seja o elo do
223 norte técnico na análise. Não é cobrindo cobertura de quadra, teto de igreja,
224 escorregador na praça, dando dinheiro para o Fundo do Ministério Público,
225 Amarok para o Sisema. Isso não vai resolver o problema da questão ambiental.
226 Nós temos que retomar isso, e é por isso que fizemos essa força-tarefa. E eu
227 acho que toda a área que tem relação com o meio ambiente de Minas Gerais
228 deveria estar comemorando, porque eu nunca vi o meio ambiente passar a ser
229 uma questão central em um governo como passou a ser neste governo." Sobre o
230 Cadastro Ambiental Rural, o presidente afirmou que está sendo negociado com o
231 governo federal o cumprimento do compromisso feito pelo Ministério do Meio
232 Ambiente para custear a migração do cadastro mineiro para o sistema federal. O
233 conselheiro Vinícius Barros Rezende propôs que possa ser feita apresentação
234 específica sobre o Hidroex no COPAM, para esclarecimento de todos os
235 conselheiros. "Há uma grande confusão da Hidroex e da Cidade das Águas, que
236 é um projeto da Hidroex, na minha opinião, superdimensionado, equivocado, em
237 que se gastou, de fato, quase R\$ 300 milhões, e que hoje é para o nosso Estado
238 um grande elefante branco. Esse é um dos grandes pontos que nós temos que
239 enfrentar, e seria importante uma apresentação específica do que é a Hidroex,
240 que tem a sua importância sob a ótica do desenvolvimento social, do
241 desenvolvimento econômico e do desenvolvimento sustentável." A conselheira
242 Inês Tourino Teixeira desejou boas-vindas aos novos conselheiros e registrou a
243 seguinte manifestação sobre o diagnóstico do Sisema apresentado nesta sessão.
244 "Nós já sabíamos que o Sisema estava com problemas financeiros. A minha
245 conclusão, com essa dificuldade de arrecadação ao longo dos anos e de gestão,
246 é de que é problema de recursos humanos preparados. Entram funcionários,
247 servidores que passam nos concursos, eles são preparados e saem. E o Sistema
248 perde servidores para a iniciativa privada. Outro problema é o sistema de
249 informação. Tanto no COPAM quanto no Conselho Estadual de Recursos
250 Hídricos, todos os conselheiros falam aqui sobre o sistema de informação
251 adequado. O Sisemanet não funciona. Na Educação, nós temos um sistema
252 enorme, e, com todas as questões de política de recursos humanos, salarial, de

253 tudo o que é colocado na Secretaria nós damos conta. Mesmo que não faça
254 adequadamente, os projetos, as ações, as superintendências regionais atendem.
255 O sistema ambiental é muito complexo, há uma demanda muito grande e tem
256 conflito de interesses. Então, eu acho que temos que discutir política ambiental
257 mesmo. Nos últimos quatro anos, a Dalce mesmo vinha cobrando neste
258 Conselho. Tanto no COPAM quanto no CERH, os conselheiros vinham discutindo
259 a questão da política ambiental e da política de recursos hídricos. No Conselho
260 Estadual de Recursos Hídricos, a questão de enquadramento, outorga e
261 licenciamento, que não andam juntos de jeito nenhum, no Conselho e nos
262 Comitês de Bacias. Então, eu acho que é problema de pessoal, de sistema de
263 informação, e de gestão. Porque foi cobrado aqui em vários momentos no
264 Conselho e agora com essa apresentação. Eu nunca tinha visto isso antes,
265 nunca foi passado isso da questão financeira. Mostravam as avaliações do
266 Sistema de Recursos Hídricos, mas a questão financeira e orçamentária. Então,
267 é sério, se o Conselho junto com a Secretaria não buscar uma alternativa, eu
268 acho que é complicado entrar nessa questão da política de desenvolvimento
269 sustentável.” Quanto à força-tarefa do governo, a conselheira perguntou se a
270 discussão é restrita ao âmbito dos secretários de Estado e de outros órgãos ou
271 se envolve também a participação de técnicos. O secretário Luiz Sávio de Souza
272 Cruz informou que, na prática, todos os servidores são chamados a discutir. A
273 conselheira Inês Tourino Teixeira indagou se alguém membro do Plenário
274 participa das discussões da força-tarefa. O secretário Luiz Sávio de Souza Cruz
275 informou que ele é o representante do COPAM na força-tarefa e que o momento
276 atual é de formulação de propostas para, posteriormente, serem apresentadas
277 para o Conselho e, se for o caso, à Assembleia Legislativa. O conselheiro
278 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento comentou sobre a operação-padrão:
279 “Eu discordo dessa importância que está sendo considerada para os resultados
280 dessa operação chamada padrão. Eu nunca vi um movimento tão bem
281 comportado, e várias Suprams não entraram em operação-padrão. Os escritórios
282 do IEF, a grande maioria, só entraram no final.” Quanto ao diagnóstico do
283 Sisema de uma forma geral, o conselheiro fez o seguinte destaque: “A legislação
284 passou a obrigar ao licenciamento ambiental ou à autorização para o conjunto
285 das atividades. No ano passado, na agricultura familiar, foram assinados 1.200
286 contratos de crédito com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, e, para
287 todos, é necessária a autorização ambiental. Então, eu acho que se precisa
288 ponderar a questão da demanda em relação ao corpo técnico operacional, o que
289 eu acho que é muito desequilibrado. Como resolver isso, evidentemente, vamos
290 ter que pensar – como a legislação já permite a municipalização do licenciamento
291 – no fortalecimento do corpo técnico. Temos que pensar nessa avaliação
292 também porque, queiramos ou não, estamos no reino da restrição orçamentária,
293 seja no nível de município, de Estado e de União. Então, as soluções têm que
294 considerar esse cenário que está dado, pelo menos para três anos, e é preciso
295 lembrar da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em termos do que a legislação

296 ambiental permite, que as condições permitem, muita coisa boa foi feita
297 anteriormente, e espero que isso seja mantido, inclusive em respeito aos
298 funcionários, aos servidores, que fizeram muitas coisas importantes. Eu acho que
299 temos que olhar para frente e, a minha proposição, quando se fala, por exemplo,
300 que existe por parte dos técnicos uma obsessão na questão do licenciamento, há
301 que se lembrar que o Sistema foi dividido em atribuições: aqueles que cuidam de
302 licenciamento, aqueles que cuidam de unidades de conservação, de formulações
303 etc. Eu acho que há uma pressão exacerbada que prejudica, por ocasião da LP,
304 os empreendimentos. A vocação do Ministério Público não é de contestação, o
305 Ministério Público é constitucional e parte do Poder Judiciário. Agora ele tem que
306 intervir, pelo que eu observo, é por necessidade. Nós, inclusive, da Fetaemg, na
307 gestão anterior da Supram, fomos obrigados a procurar o Ministério Público
308 porque a Supram falou que não queria enfrentar a questão.” O conselheiro
309 alertou ainda para a importância de o secretário de Meio Ambiente e
310 Desenvolvimento Sustentável “assumir o protagonismo na força-tarefa
311 envolvendo os demais setores, para que haja a “transversalidade do meio
312 ambiente”, e considerou uma “falta de interlocução social na gestão ambiental do
313 governo anterior e de prática democrática na condução dos processos”. Nesse
314 sentido, o conselheiro propôs que o presidente do COPAM, nos próximos dias,
315 reúna a força-tarefa e marque uma reunião extraordinária com o objetivo de
316 conceder a cada entidade representada no Plenário a oportunidade de
317 apresentar, no prazo de dez minutos, as suas proposições para melhoria do
318 Sisema, antes do envio pela SEMAD de uma proposta fechada na força-tarefa.
319 Solicitou ainda que “o governo novo se diferenciasse, na prática, em relação ao
320 passivo do Fhidro”. “Que não anule o passivo, porque, se não, fragiliza na
321 essência o instrumento. Mesmo que negocie o passivo para pagar a prazo.” O
322 secretário Luiz Sávio de Souza Cruz reforçou que a operação-padrão, nos
323 últimos momentos, contou com a participação de servidores de “100% das
324 Suprams” e que ficou “muito acirrada com a vinda do acordo de resultados
325 implantado no governo anterior. “Só fariam jus a alguns benefícios aqueles que
326 atingissem 100% do acordo de resultados. Dentre os benefícios cortados,
327 estavam o vale-refeição dos servidores”, destacou o presidente. Em relação à
328 municipalização, o secretário destacou que se trata de um dos temas que estão
329 sendo discutidos pela força-tarefa, e avaliou que essa descentralização “terá que
330 ser ampliada”. O secretário retomou ainda o tema orçamentário. “Sobre o
331 programa Bolsa verde, eu gostaria que pudéssemos devolver os R\$ 200 milhões
332 do Fhidro que foram contingenciados, e a mesma coisa para a compensação,
333 mas o que eu não vejo é realismo nesse desejo do qual eu também compartilho.
334 Só não vejo, dada a gravidade do quadro financeiro e orçamentário do Estado,
335 que nós consigamos fazer isso pelo menos em curto período de tempo. Será
336 uma enorme vitória se conseguirmos pôr um termo nisso a partir de agora, e que
337 seja um marco diferenciador deste governo parar de contingenciar verbas que
338 são carimbadas. Aliás, a rigor, não são nem legais esses contingenciamentos.”

339 Novamente sobre a força-tarefa, o secretário reafirmou que, “a qualquer tempo,
340 qualquer sugestão é bem-vinda, podendo ser formuladas sugestões por escrito
341 ou levadas diretamente à SEMAD. “Estamos completamente abertos. O resultado
342 da força-tarefa vai sair como proposta deste governo. Não haverá, por exemplo,
343 Lei Delegada, como no governo passado. A Constituição do Estado não prevê
344 Medida Provisória. Então, o que tiver de ser feito por deliberação do COPAM vai
345 passar por aqui para ser amplamente discutido. Se for convertido em Proposta
346 de Lei, vai ser encaminhado para a Assembleia. O resultado da força-tarefa é o
347 início da discussão, e não o fim.” O conselheiro Carlos Eduardo Ferreira Pinto
348 agradeceu pelas apresentações feitas pela SEMAD e pontuou que essa abertura
349 não ocorria no governo anterior, apesar de solicitações dos conselheiros. “Era
350 uma demanda recorrente no governo passado, e nunca houve uma apresentação
351 com dados tão objetivos e com assertivas dessa forma. Eu acho que é um bom
352 ponto de partida para se detectar e avançar no sistema como um todo”, destacou
353 o conselheiro, colocando o Ministério Público à disposição para contribuir em
354 cada tema tratado no que for possível. Em seguida, o conselheiro fez
355 considerações sobre pontos específicos. Segue síntese da manifestação:
356 “Primeiro, as autuações. Lá na CNR (Câmara Normativa e Recursal), como
357 conselheiro, sempre me assustou o tempo de recursos; o tempo de julgamento.
358 Por vezes aqui, o tema central da discussão era prescrição administrativa,
359 porque nós tínhamos 10, 15 anos entre autuação, julgamento e o recurso. Mas o
360 que mais me chocou foi verificar que, mesmo lançada como dívida ativa, ela não
361 é executada. Então, há um descompasso muito grande entre o número de
362 autuações, de infração, e o que é executado. Diferentemente do nível federal. Eu
363 sei que no Ibama funcionam muito bem as autuações, de uma maneira já
364 integrada com a AGU. Realmente, o cidadão que foi autuado ali, por um
365 passarinho, é autuado, penhorado, judicialmente, online, o recurso dele. Há
366 realmente uma efetividade muito grande. Como eu sei que há um colapso nisso,
367 nessa situação de execução, eu acho que nós podemos contribuir muito.” O
368 conselheiro representante do Ministério Público considerou ainda que “o caminho
369 da municipalização é inevitável”. “O Estado se tornou o maior licenciador, sem ter
370 uma estrutura que atenda essa demanda. É muito importante discutir essa
371 municipalização, até porque eu me manifestei na CNR, em diversas ocasiões, no
372 sentido de que entendia que não haveria nem necessidade de delegação para os
373 municípios exercerem sua competência constitucional, para exercer a sua
374 competência administrativa. Há um caminho que deve ser estimulado, até porque
375 o município é um ente da mesma magnitude do Estado e da União, então, deve
376 exercer a sua competência administrativa.” Carlos Eduardo Ferreira Pinto
377 pontuou sua discordância com manifestação do secretário Luiz Sávio de Souza
378 Cruz “no sentido de que as URCs tenham se tornado um ‘circo’.” “Eu sou
379 conselheiro da URC há oito anos, acho que houve uma confusão no sentido de
380 transformar todo processo de licenciamento na URC. Eu participei, durante muito
381 tempo em diversas URCs. Nas URCs Velhas e Paraopeba, na maioria dos

382 procedimentos, a URC se pauta pela técnica, há uma discussão razoável. Nesse
383 sentido, eu acho que a formação das URCs trouxe uma legitimidade à licença, e
384 alguns equívocos e fatos isolados e graves, como licença com 100
385 condicionantes, devem ser combatidos. Se uma licença sai com 100
386 condicionantes, tem alguma coisa errada, mas não significa que a URC se tornou
387 algo parecido com um circo, porque vejo ali entidades sérias lutando para que o
388 licenciamento atinja essa finalidade que o senhor colocou de qualidade
389 ambiental. Há uma necessidade urgente de aprimoramento desse instrumento de
390 gestão ambiental. A forma, eu acho que nós devemos discutir, e estamos aptos
391 a contribuir nesse sistema. Mas fazendo esse registro de que participei, durante
392 todo esse tempo das URCs, e, na maioria das vezes, a decisão é tomada de
393 forma bem razoável e muito técnica, pelo menos nas minhas participações.”
394 Ainda comentando sobre pontos específicos ressaltados nesta sessão, o
395 conselheiro Carlos Eduardo Ferreira Pinto registrou as seguintes considerações:
396 “Realmente, para finalizar, dizer que há uma vedação legal de qualquer medida
397 no licenciamento ser mandada ao Fundo do Ministério Público. Eu nunca vi, na
398 minha trajetória nas URCs, qualquer medida dessa, e solicito que, se houve e se
399 há alguma destinação em licenciamento para Fundo do Ministério Público, que é
400 estrutural e não tem nenhuma relação com o meio ausente, seja informada.
401 Porque isso é ilegal e é contrário até as normas da nossa Corregedoria, que
402 recomenda e diz que o Ministério Público não pode ser beneficiado de medida
403 compensatória, ainda mais no licenciamento. Eu nunca me deparei com um fato
404 como esse - me causou surpresa -, mas, se houve em algum ponto isso, houve
405 algo ilegal, que deve ser combatido. E eu peço que mande, para que seja
406 restaurada a legalidade desse fato.” O conselheiro Tobias Tiago Pinto Vieira
407 também manifestou sua avaliação sobre o funcionamento de colegiados do
408 COPAM, em especial no interior do Estado. “Secretário, eu gostaria de dizer que
409 concordo com o que o senhor diz de que ‘os COPAMs viraram’, entre aspas, ‘um
410 circo’, que agora se tornou mais um ‘conselho de licenciamento do que de
411 política ambiental’. Na reunião de novembro no Noroeste de Minas, havia
412 diversos recursos de multa, e o consultor, no momento, não conseguiu excluir a
413 multa, e eu sou uma das pessoas que impediu que ele conseguisse recorrer da
414 multa, que era de descumprimento de condicionante. Eu votei para ser indeferido
415 o processo, e ele ficou muito sentido comigo, ficou com raiva, melhor dizendo. Na
416 reunião de dezembro, eu não estava presente, pois deu oportunidade para o
417 titular, e esse consultor foi lá e me difamou, inclusive, chegou a criticar o trabalho
418 da Supram, falando, inclusive, que o Jurídico da Supram, na pessoa do Rodrigo,
419 mentiu em um dos processos em questão. Nesse dia, ele não tinha nem
420 processo pautado, mas foi lá e teve oportunidade de falar o que quis durante 17
421 minutos, difamando a Supram, os conselheiros e todo mundo. Mediante isso, eu
422 venho aqui pedir para olharmos isso, para colocar na pauta da próxima reunião e
423 reavaliarmos o regimento interno do COPAM, para excluir a possibilidade de
424 recurso de multa ir para votação. Na minha concepção, recurso de multa não tem

425 necessidade de ir para o COPAM, porque a própria Supram pode resolver e
426 indeferir o processo ali mesmo naquela instância, antes de gerar esse desgaste
427 entre a equipe interdisciplinar da Supram, conselheiros, consultores e
428 proprietários, para diminuir mais esse teatro que acontece sempre que tem
429 recurso de multa. E também colocar um novo termo nesse regimento impedindo
430 que pessoa que não tenha processo pautado – não ser que seja votado e
431 aprovado no momento da reunião – tenha o direito de falar em púlpito. Cada vez
432 que se dá direito para qualquer pessoa se inscrever e falar, vira um teatro, um
433 comício, principalmente no interior, em que tudo está voltado para a questão
434 política.” O conselheiro comentou ainda sobre trabalho realizado pela instituição
435 que ele representa no COPAM: “O Movimento Verde vem cercando a cada ano
436 mais ou menos 17 km de nascentes, e já vem há três ou quatro anos com essa
437 demanda. É um acordo entre proprietário, Movimento Verde de Paracatu e uma
438 mineradora, que fornece toda a logística, e o Estado fornecia o material. Eu
439 queria saber se o Estado já tem alguma previsão para adquirir material para essa
440 finalidade, pois estamos à disposição para dar uma destinação final.” Presidente
441 Luiz Sávio de Souza Cruz: “Eu até agora não sei qual é a atribuição das dezenas
442 de Núcleos no interior. O que eles fazem? São procedimentos meramente
443 cartoriais. Se um Núcleo não é capaz de fazer registro de motosserra, o que ele
444 é capaz de fazer? Carteira de pescador os Núcleos não estão habilitados para
445 fazer, e precisa ser feita nas Supram. Não é possível que vamos entender que,
446 institucionalmente, o Sistema está bom. Então, nós temos que repensar, e a
447 sugestões que tiverem, eu insisto que nos encaminhem.” O conselheiro Carlos
448 Alberto Santos Oliveira colocou a Faemg à disposição para contribuir com o
449 governo na discussão de políticas, e também fez registros específicos sobre
450 temas tratados nesta reunião. “Esses 120 mil autos de infração que estão hoje
451 aqui são resultado da burrice do sistema, que entendeu que auto de infração é
452 instrumento de provocação da melhoria do meio ambiente. Então, ficaram muito
453 treinados em fazer auto de infração, mas não em formar um processo
454 administrativo, produzir provas, perícias, uma solução razoável. Se a nossa
455 gloriosa AGE quiser seguir os Tribunais de Justiça superiores, eu diria que nós
456 temos 70% prescritos. Um processo administrativo pode ser encerrado pela
457 própria autoridade administrativa, que, quando reconhece qualquer defeito
458 jurídico, técnico ou de prescrição, tem autoridade para fazer isso. Desses 120 mil
459 processos administrativos de que a doutora Marília falou, 95% são originários da
460 área rural. Desses 95%, eu diria que 70% são equivalentes a três salários
461 mínimos, para baixo. Os números que eu citei podem não estar de acordo, mas
462 nós temos uma oportunidade muito grande. Primeiro que a nossa gloriosa AGE
463 entenda que é possível decretar a prescrição, e aí, desses 120 mil, nós vamos
464 terá para o ano que vem de 8.000, 9.000 ou 10.000 processos.” O conselheiro se
465 manifestou também a respeito do Cadastro Ambiental Rural: “Eu já falei na
466 Assembleia Legislativa que, se tiver alguma preferência a ser dada, é para o
467 Cadastro Ambiental Rural. É o documento mais fundamental que veio com o

468 Código Florestal, foi produzido dentro do Ministério de Meio Ambiente, com a
469 participação das ONGs nacionais e internacionais de maior repercussão, como a
470 SOS Mata Atlântica. O Cadastro Ambiental Rural em Minas Gerais está,
471 lamentavelmente, parado. O estágio seguinte ao Cadastro Ambiental Rural é o
472 Programa de Regularização Ambiental (PRA). Quando faço o cadastro ambiental,
473 destaco situações dentro da minha propriedade que vão determinar o que eu vou
474 fazer para frente, se tenho que recuperar reserva legal, área de preservação
475 permanente, o que vou ter que fazer para que o ciclo se constitua e se realize.
476 Para fazer recuperação ambiental de nascente ou de área de preservação
477 permanente ou de reserva legal, que seria o ideal do Cadastro Ambiental Rural,
478 eu vou precisar de mudas. E aí vem a notícia que a doutora Marília falou: os
479 viveiros do IEF estão sucateados. Então, pode acontecer de, daqui a um, dois ou
480 três anos, cumprimos a legislação federal, que é o Programa de Regularização
481 Ambiental, e vamos falar: 'Agora aonde vamos achar mudas?'. Da mesma forma,
482 eu espero que se resolva também o problema do cadastramento rural. É preciso,
483 desde já, para as estruturas de análises dos cadastros, para ver o que vai ser
484 feito lá na frente." Quanto à força-tarefa do Sisema, o conselheiro Carlos Alberto
485 Santos Oliveira considerou ilegal o que está previsto, segundo afirmou, no Artigo
486 4º: "Confere à força-tarefa em si instrumentos para, se entender que alguma
487 coisa precisa ser modificada, não precisar ouvir COPAM, Supram, governador
488 nem presidência. Achamos que isso não é legal, tanto que os problemas que
489 estão aí são exatamente esses porque os nossos secretários anteriores, José
490 Carlos Carvalho e Adriano, não dão bola para o que o setor produtivo fala, ou
491 pelo menos para que a Federação da Agricultura fala." O conselheiro
492 representante da Faemg reforçou a proposição apresentada pelo conselheiro
493 Eduardo Antônio Arantes do Nascimento para que seja marcada uma reunião da
494 força-tarefa com a participação das diversas entidades interessadas. O
495 conselheiro comentou ainda sobre desmatamento em Minas Gerais. "Sobre a
496 liderança de Minas no desmatamento da mata atlântica, eu fico pensando. O
497 desmatamento existiu muito de forma ilegal na época em que os parques
498 siderúrgicos de Sete Lagoas e de Divinópolis estavam mandando brasa na
499 produção de ferro-gusa. Isso diminuiu muito, tem uma oferta de carvão vegetal
500 de eucalipto também muito interessante. Eu não vejo chegar à Faemg ninguém
501 reclamando de multa por desmatamento. Então, eu não estou achando se é bom
502 ou ruim ser líder, não estou falando que a mata atlântica foi ou não foi
503 desmatada, mas o que eu gostaria muito é que viesse ao Plenário do COPAM
504 um esclarecimento do que realmente está acontecendo." Sobre o programa
505 Bolsa Verde, o conselheiro registrou: "Sob pena de o Estado de Minas Gerais
506 pagar um mico de todo tamanho, temos que resgatar o Bolsa Verde. Se não dá
507 para assinar um contrato com o Estado de Minas Gerais e colocar a propriedade
508 à disposição do meio ambiente, então não podemos deixar o Bolsa Verde de
509 lado." A municipalização do licenciamento ambiental também foi um tema
510 comentando pelo conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: "É muito legal,

511 Uberlândia pode fazer o licenciamento, mas nós não podemos cair na armadilha.
512 Nós tínhamos aqui um grupo que estava cuidando muito bem disso. O grupo
513 acabou; é só reativá-lo.” O conselheiro Wagner Soares Costa fez considerações
514 sobre o funcionamento das URCs. “Nós nos sentimos muito desconfortáveis nas
515 URCs. O setor produtivo sempre é tratado nas URCs como demônio, aquele que
516 quer, exclusivamente, acabar com o meio ambiente. Temos raras exceções. Tem
517 URCs com participantes que consideram a questão do desenvolvimento
518 sustentável com o desenvolvimento sustentável, social e econômico. Houve um
519 desvirtuamento das URCs, e nós precisamos reorientá-las, tirar delas essa
520 incumbência única e exclusiva de dar licenciamento e acrescentar
521 condicionantes, porque o que nós temos visto não é julgamento do
522 licenciamento, do parecer técnico da Supram, mas a tentativa de se inserir
523 interesses e valores próprios como sendo condicionantes. Nós temos visto isso
524 com raras exceções.” Relativamente à força-tarefa, o conselheiro considerou que
525 “todos que têm assento na força-tarefa têm assento no COPAM, exceto a
526 sociedade civil”. Nesse sentido, ressaltou que “é o momento de a SEMAD
527 assumir o protagonismo” nesse grupo formado, e reforçou que o setor da
528 indústria “está aguardando ansiosamente os resultados da força-tarefa e a
529 apresentação neste Conselho”. “A nossa discussão maior não é discutir pontos,
530 porque os pontos do termo de referência serão consequência da nossa política
531 estabelecida. Estabelecidos os pontos de referência, não temos que questionar,
532 a não ser trazer para cá para mudar a política do que precisa ser mudado de
533 tempos em tempos. Essa é uma situação que vemos inoportuna hoje nas URCs,
534 o não reconhecimento da melhoria do processo produtivo com a inclusão
535 tecnológica poupadora dos recursos naturais. Eu fico muito incomodado quando
536 se fala dos 150 mil autos de infração. Eu tenho o mesmo pensamento do Carlos
537 Alberto: daqueles 150 mil, 95% devem ser do setor rural e de pequenos
538 produtores rurais, pela absoluta ignorância do processo, da legislação ou por
539 falta de capital para produzir o que necessita. Há 16 anos, quando comecei na
540 câmara técnica da indústria e da mineração, 50% da nossa pauta naquele
541 período era de análise de recursos de autos de infração. Eu tenho acompanhado
542 as pautas agora, e os autos de infração sumiram das pautas. Nós não somos
543 contra o auto de infração, pois, punindo no caso real, isso facilita o nosso
544 processo, porque o nosso trabalho na federação é de mobilização e
545 sensibilização do empresário para que ele seja adequado à questão ambiental,
546 adequado à legislação ambiental. O nosso trabalho aqui, dos representantes da
547 indústria e dos representantes da mineração, é no sentido de contribuir para a
548 melhor condução do meio ambiente. Nós não estamos aqui para ser reativos. O
549 nosso reativo aqui é no momento da análise quando se tenta impingir no
550 licenciamento condicionantes outras de questões que não estejam indicadas pela
551 análise técnica do técnico valorizado da Secretaria de Meio Ambiente que faz
552 essa análise.” Conselheiro Idzel Mafra Fagundes: “A subsecretária colocou em
553 relação ao valor que a PM recebe. É um convênio firmado entre a Secretaria de

554 Meio Ambiente e a Polícia Militar. Sobre esse valor estabelecido de R\$ 5 milhões
555 nós fizemos uma proposição para o secretário para passar a ser de R\$ 6
556 milhões, uma vez que nós gastamos R\$ 6 milhões da Secretaria diretamente,
557 basicamente, em relação a combustível, diárias de viagens e manutenção de
558 frota. E empenhamos recursos da Polícia Militar, exclusivamente, no meio
559 ambiente, da ordem de R\$ 12 milhões. Neste ano, face uma série de
560 conjunturas, já temos a informação de que não teremos os R\$ 12 milhões, motivo
561 pelo qual pedimos que este convênio seja, de imediato, passado para R\$ 6
562 milhões. E acrescentamos que a Polícia Militar realizou de fiscalização, no ano
563 passado, R\$ 87.000.753, com 1.350 homens exclusivamente por conta do meio
564 ambiente, de apoio à fiscalização. Neste ano, já estamos trabalhando em torno
565 da mesma média que foi realizada nos três primeiros meses do ano passado, e
566 nos colocamos à disposição para trabalhar em cima disso e ajudar no que mais
567 pudermos.” Conselheiro Marco Túlio Simões Coelho: “Eu queria só prestar um
568 esclarecimento em função da fala do conselheiro Tobias, que mencionou a BR–
569 0-40, cujo licenciamento é federal. O licenciamento foi feito pelo Ibama, não aqui
570 na superintendência de Minas, mas conduzido na Diretoria de Licenciamento
571 Ambiental, em Brasília. Essas obras todas estão sendo licenciadas lá. As obras
572 de praças de pedágio – é importante esclarecer – são tratadas
573 diferenciadamente. Então existe uma portaria interministerial do Ministério do
574 Meio Ambiente e do Ministério dos Transportes que permite essa intervenção. Se
575 não me engano, se houver supressão de vegetação, o Ibama tem que autorizar.
576 Mas essa intervenção nas praças de pedágio é permitida antecipadamente do
577 processo de licenciamento.” O conselheiro Adriano Nascimento Manetta
578 parabenizou a SEMAD pelo diagnóstico e comentou manifestação do secretário
579 Luiz Sávio Souza Cruz: “Quando o senhor disse que dos grandes
580 empreendimentos nenhum teve a licença indeferida, eu percebo uma clareza,
581 uma percepção de que o empreendedor tem da norma de licenciamento, o que
582 não está escrito, mas existe. Os empreendedores se adaptam. Da mesma
583 maneira, eu penso que o objetivo da Secretaria, uma vez que tenhamos regras
584 claras, é chegar ao mesmo lugar, que os empreendedores não tenham
585 empreendimentos recusados.” O conselheiro também se manifestou sobre
586 funcionamento de colegiados. “Há que se observar que esse desconforto que o
587 Wagner disse que observa, os loteadores também observam nos conselhos,
588 tanto no COPAM quanto nos municípios e nos Codemas, que refletem essa
589 realidade aqui. Esse desconforto, na realidade, impede de se discutir o conteúdo
590 de fundo dos licenciamentos, dos processos, e as discussões ficam no campo do
591 fato político e não entram na técnica. Eu penso que o objetivo maior é que as
592 discussões voltem a ser técnicas.” Conselheiro João Carlos de Melo: “Eu quero
593 cumprimentar pela abertura que o senhor está dando para a série de
594 procedimentos, o que eu acho que deve ser levado de uma forma bem
595 transparente, como está sendo feito. Eu acho que é exatamente nesse sentido.
596 As questões ambientais, quando não se tem normas específicas, vêm

597 provocando no mundo inteiro uma série de discordâncias e de conflitos. Algo que
598 vem se observando no mundo inteiro é a pecha que se cria sobre a mineração.
599 Eu suponho que isso aconteça por falta de uma série de conhecimentos, e acho
600 que esse conhecimento poderia ser feito no próprio circuito do licenciamento
601 ambiental, indicando-se aqueles locais onde se teria capacidade de uso atual
602 sustentável, para se criar e zonar os empreendimentos. O coração do
603 Quadrilátero Ferrífero é sustentado dentro da APA Sul. Quando se levanta o que
604 foi minerado e o que vem sendo minerado dentro da APA Sul, isso não
605 representa 3% ou 4% dos 160 mil hectares em termos de superfície. Quando se
606 avalia tudo isso em termos socioeconômicos, isso representa quase 40% do PIB
607 mineiro. Há uma certa confusão ou aproveitamento de algumas situações que
608 levam a comunidade a essas interrogações. Uma ideia que eu venho levantando
609 há algum tempo é de se fazer uma adequação do que é viável e do que é
610 exequível dentro da capacidade de uso atual e o que cada área representa. Com
611 o zoneamento das atividades econômicas, poder-se-ia fazer uma adequação nas
612 propostas de licenciamento ambiental. Dentro dessa oportunidade de se trazer
613 mais alternativas, o Ibram se coloca inteiramente à disposição para contribuir.” **6)**
614 **RELATÓRIO DE GESTÃO E SITUAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS DE**
615 **MINAS GERAIS. Apresentação: Instituto Mineiro de Gestão das Águas**
616 **(IGAM).** A diretora-geral do IGAM, Maria de Fátima Chagas Dias Coelho, fez
617 apresentação do relatório de gestão e da situação dos recursos hídricos em
618 Minas Gerais, mostrando como o órgão gestor organiza e torna público os seus
619 resultados, a situação da gestão das águas superficiais e subterrâneas de
620 domínio estadual, acompanhamento sistemático da situação dos recursos
621 hídricos e disponibilização aos gestores e ao público em geral, com uma visão
622 mais abrangente do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
623 Posteriormente, foram esclarecidos pontos destacados pelos conselheiros. **7)**
624 **PLANO DE ENERGIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DE MINAS GERAIS.**
625 **Apresentação: Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM).** Felipe Santos
626 de Miranda Nunes, gerente de Energia e Mudanças Climáticas da FEAM, fez
627 apresentação ao Plenário do Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas
628 Gerais, visando dar ciência e transparência e colher contribuições, críticas e
629 sugestões ao instrumento, destacando que o plano “foi concebido tecnicamente
630 para ser uma política de Estado transversal, ou seja, perpassa a questão
631 ambiental e usa de vários outros instrumentos do Estado, com a participação de
632 vários representantes dos setores governamental e não-governamental”.
633 Destacou que o plano basicamente tem três objetivos no horizonte temporal de
634 2015 a 2030: “Reduzir emissões de gases de efeito estufa; reduzir a
635 vulnerabilidade do Estado às mudanças climáticas, inclusive perdas e danos; e
636 articular com coerência as diferentes iniciativas de políticas públicas já
637 existentes.” Após a exposição do trabalho, o gerente da FEAM se colocou à
638 disposição para o recebimento de contribuições e pedidos de informações. **8)**
639 **PROGRAMAÇÃO DAS AÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS**

640 **INCÊNDIOS FLORESTAIS NO ANO DE 2015. Apresentação: Subsecretaria de**
641 **Controle e Fiscalização (Sucfis).** Item retirado de pauta devido ao adiantado da
642 hora. **9) INFORMES. 9.1) Resultado do Grupo de Trabalho sobre Terras**
643 **Devolutas. Apresentação: IEF. 9.2) Loteamentos em torno dos Parques**
644 **Estaduais do Brigadeiro, Rola Moça e Rio Doce. Apresentação: IEF. 9.3)**
645 **Status da revisão do Atlas da Biodiversidade (IEF).** Item retirado de pauta
646 devido ao adiantado da hora. **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros
647 assuntos a serem tratados, o presidente Luiz Sávio de Souza Cruz declarou
648 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

649
650 **APROVAÇÃO DA ATA**

651
652 **Presidente Luiz Sávio de Souza Cruz**